

**TRAÇANDO NOVOS CAMINHOS PARA APRESENTAR O ANARQUISMO:  
UMA RESENHA DE KINNA, RUTH. THE GOVERNMENT OF NO ONE.  
LONDRES: PELICAN BOOKS, 2019.**

Peterson Roberto da Silva<sup>92</sup>

O interesse acadêmico pelo anarquismo foi revigorado, ainda que timidamente, após as agitações globais da década de 90. Desde então, desenvolveu-se uma dicotomia em torno de uma suposta descontinuidade no anarquismo. Para uns/umas, este teria basicamente morrido após a Revolução Espanhola (1936-1939), e então ressuscitado - com diferenças notáveis - na forma de neoanarquismo (Ibañez, 2014), ou “anarquismo com a minúsculo” (Graeber, 2009), ou pós-anarquismo (Newman, 2010), entre outros. Por outro lado, autores/as como Walt e Schmidt (2009) teorizam sobre um anarquismo de luta de classes que nunca deixou de influenciar eventos importantes, em escala global - mas tampouco tornou-se muito diferente do que era quando foi primeiro formulado no século XIX, o que exclui outros elementos que vieram

a ser associados ao anarquismo, tanto naquela época quanto nos últimos 60 anos.

É neste contexto que surge *The Government of No One* (“O Governo de Ninguém”, em tradução livre<sup>93</sup>), da politóloga britânica Ruth Kinna (2019). O livro não parece uma intervenção direta nessa disputa, mas qualquer introdução ao anarquismo, hoje, invariavelmente incide sobre ela. Não obstante, Kinna encontra sua própria forma de apresentar o anarquismo. Simples mas não simplista, a autora surpreende ao reformular interrogações clássicas e respondê-las de maneiras inesperadas.

Para não ignorar a materialidade da atividade acadêmica, algumas palavras sobre o livro como objeto: a edição é bem construída e tipografada (mas é preciso denunciar as notas: colocá-las no

---

<sup>92</sup> Doutorando em Sociologia Política com ênfase em Ciência Política (UFSC) com sanduíche na Loughborough University (Reino Unido) junto ao Anarchist Research Group (ARG). Mestre em Sociologia Política (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC), Bacharel em Ciências Sociais (UFSC).

<sup>93</sup> Todo o conteúdo do livro resenhado terá sido uma tradução livre do autor da resenha.

fim do livro é um atentado à curiosidade humana). O espaçamento das margens e entre as linhas faz com que a leitura, prazerosa no papel amarelado, flua rapidamente. Dois aspectos, no entanto, intrigam: o preço (em média £16.26, cerca de R\$ 100,00 em março de 2020) e o estilo tão pouco característico. Afinal, iniciados esperariam um layout “transgressor”; fotos de militantes, de revoluções, de protestos - no mínimo, a preponderância de preto e vermelho. Não neste livro: de capa ciano e sobrecapa cor de trigo, as letras são sóbrias, e a iconografia se resume a cinco bandeiras relativamente genéricas. É claro que ambos os aspectos costumam estar fora do alcance da autora. Contudo, enquanto o primeiro é incidental - talvez o preço a pagar, literalmente, para um livro desta qualidade material, ainda que isto limite seu alcance até mesmo entre acadêmicas/os - o segundo representa o quão não-convencional é a abordagem de Kinna.

O livro é organizado por temas, embora certos “arcos narrativos” cronológicos subsistam ao longo da obra. Na breve introdução (“Anarquismo - mitos e realidades”), a autora descreve sua abordagem como “mais impressionista que ideológica”, por não desejar “sistematicamente analisar as formas

como anarquistas entenderam as ideias de liberdade, igualdade e assim por diante”, e tampouco “demarcar as fronteiras do anarquismo” (Kinna, 2019: 8). Ela se distancia simultaneamente, assim, de um anarquismo “infinitamente poroso” (ela ativamente rejeita ideias como “anarquismo de mercado”, “anarco-capitalismo” e “anarco-nacionalismo”) quanto de abordagens mais focadas.

As consequências aparecem já no primeiro capítulo (“Tradições”). Para Kinna, foi a partir de três momentos decisivos - a Comuna de Paris (1871), a expulsão de Mikhail Bakunin da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) no Congresso de Haia (1872), e a Revolta de Haymarket, em Chicago (1886) - que o anarquismo começou a emergir como um movimento distinto. Porém, essa emergência “representou a cristalização de uma tradição política fluida que se estende para além dos limites históricos e geográficos que a ideologia assume” (Kinna, 2019: 12). Princípios defendidos por anarquistas reverberam pela história em diferentes culturas, mas estes princípios tomaram formas muito diferentes em contextos diferentes, e também foram defendidos (a varejo) por outras ideologias. E é por isso que o

anarquismo é de fato algo específico no espaço e no tempo. As personalidades que mais contribuíram com seu formato particular desenvolveram suas ideias a partir de suas atividades no movimento, amplamente concebido (“quando anarquistas identificam notáveis entre as suas fileiras”, destaca Kinna (2019: 49), “eles/as geralmente se referem a uma dedicação e a um comprometimento extraordinários”, não necessariamente a quão certos estavam acerca das questões intelectuais). No entanto, a tradição também foi construída por seus/suas oponentes. Os vieses destes/as críticos/as causaram certos problemas - por exemplo, o próprio foco em “grandes indivíduos” em vez de nos movimentos nos quais eles estavam inseridos - mas eles/as foram cruciais na medida que, em sua repressão e conseqüente necessidade de compreensão daquilo que combatiam, imprimiram certa unidade e certas posturas ao que poderia de outro modo manter-se difuso (por exemplo, em um socialismo geral).

Esta perspectiva permite uma visão, como talvez colocaria Graeber (2001), menos baseada em “Parmênides” e mais em “Heráclito”; menos preocupada com objetos discretos (“o anarquismo começa *aqui* e termina *ali*”) que com potencialidades e deslocamentos

contextualizados. Kinna não se propõe a dizer quem está “dentro” ou “fora” do anarquismo, e sim a analisar como diferentes atores e grupos se mobilizaram em diferentes circunstâncias (inclusive ao argumentar sobre fronteiras ideológicas - não só entre si, mas com e contra marxistas, republicanos/as, liberais) de modo a construir “um rico corpo literário, mas sem lei”: uma “abundância de líderes, ideias, propostas e iniciativas”, forjadas em lutas comuns, “sem deuses e sem mestres”.

No segundo capítulo, “Culturas”, Kinna analisa como anarquistas compreendem os mecanismos que estabilizam regimes políticos injustos, e como estes mecanismos - que são efetivamente “aprendidos”, e não naturalizados - podem ser substituídos por “culturas de anarquia” (Kinna, 2019: 58). Múltiplos sentidos de dominação são apresentados, e o fato de que o termo é entendido de várias formas leva também a uma variedade de críticas. Kinna decide enfatizar a relação entre dominação e lei, dominação e hierarquia, e dominação e conquista.

A lei domina, entre outras razões, por “terceirizar” o julgamento individual e entrincheirar desigualdades; a não-dominação, nesse caso, envolve “um

processo de interação humana dirigido por indivíduos que lutam para se governar de certas maneiras ao mesmo tempo em que permanecem firmes contra a tentação de governar através da imposição de leis” (Kinna, 2019: 68). No caso da hierarquia, Kinna analisa a relação entre verdade, hábito, privilégio e o direito de comandar. Apesar das divergências, por exemplo, entre Bakunin e Leo Tolstoy, Kinna (2019: 75) conclui que “a não-dominação flui a partir da desobediência e empodera indivíduos para que façam somente o que acreditam ser correto, e resistam o que entendam ser errado”. No caso da conquista, a autora analisa a violência colonizadora, que é “experimentada por diferentes pessoas em diferentes formas mas é integral tanto à territorialização dos Estados europeus quanto à apropriação subsequente de terras não-europeias” (Kinna, 2019: 77). A dominação que advém da colonização destrói culturas autônomas, “estendendo regimes de propriedade privada através da guerra”, tendo como efeito “desigualdades estruturais” que se projetaram em “racismo e supremacismo” (Kinna, 2019: 79). O resto do capítulo é dedicado a descrever reflexões anarquistas sobre educação,

propaganda e compartilhamento de conhecimento.

O terceiro capítulo, “Práticas”, é dedicado à análise das formas como anarquistas “têm tentado disseminar culturas de não-dominação” (Kinna, 2019: 115). É aqui que a autora discute divisões internas. Em dois úteis gráficos (nas páginas 128 e 147) diferentes correntes anarquistas se contrastam quanto às suas posições acerca do debate entre “evolução” e “revolução”, bem como a disputa pela necessidade de organização formal - embora os agrupamentos sejam diferentes nos dois gráficos, pois no segundo, o debate é transposto para um linguajar contemporâneo (os debates entre “não-violência” e “diversidade tática”; entre “socialismo” e “individualismo”). O segundo gráfico também incorpora uma tipologia de correntes anarquistas contemporâneas. Kinna (2019: 134-149) identifica e descreve seis: anarquismo insurrecionário, anarquismo de luta de classes, anarquismo pós-esquerda, anarquismo social, pós-anarquismo e anarquismo com a minúsculo. O debate sobre classe e interseccionalidade descreve não só os grupos que se constituíram como alvos prioritários do ativismo anarquista desde os anos 60, mas como diferentes correntes têm

articulado a relação entre as diversas opressões e dominações sociais.

O quarto capítulo, “Condições”, lida com os “testes mínimos” que muitas/os anarquistas estabeleceram para suas próprias interações (Kinna, 2019: 177). A autora lida primeiro com constituições: propostas de organização, mais ou menos teóricas ou postas em prática, que incorporam princípios anarquistas em seu funcionamento. Kinna estuda quatro tais propostas, duas consideradas individualistas, e duas, comunistas. Na primeira categoria estão “O Plano de Campanha Anarquista”, uma constituição econômica e política proposta pelo australiano David Andrade em 1888, e a “Constituição do Clube Anarquista de Boston”, colocada em prática a partir de 1887 pelo clube em questão, tendo sido publicada em um livro de Victor Yarros. Na segunda categoria estão a famosa Plataforma, do grupo de expatriados makhnovistas Dyelo Truda, e a Comuna de Teruel durante a Revolução Espanhola. Kinna (2019: 199-200) analisa adequadamente o que distancia ambas as categorias, mas ressalta que ambas são suficientemente anarquistas em contraste com alternativas; enquanto liberais, por exemplo, pressupõem “um corpo que toma decisões finais [...] e possui

meios[...] para garantir seu cumprimento”, bem como “o poder de punição de um juiz”, tanto individualistas quanto comunistas rejeçavam tal “ponto final de autoridade” (Kinna, 2019: 203). O resto do capítulo é dedicado à análise do papel das utopias e à relação entre as ideias de democracia e anarquismo, com especial ênfase à teoria de Murray Bookchin e a emergência de processos decisórios com base em consenso. Ele é encerrado com a tensão entre a imaginação de um futuro ácrata e o quanto isso em si implica um planejamento social em nome de terceiros (algo a ser evitado em nome da autonomia). Como colocado no segundo capítulo, “enquanto culturas estatistas davam a intelectuais a tarefa de decidir o que era melhor para o avanço social, uma cultura anarquista daria às pessoas locais o poder de determinar como gostariam de viver” (Kinna, 2019: 108).

O quinto capítulo se chama “Prospectos”. Kinna considera que avaliar corretamente o passado anarquista - cujo sucesso é fraseado principalmente em termos de resiliência - leva a uma melhor apreciação do que se pode esperar de seu futuro. A autora assim afirma que a perspectiva estatista (como o anarquismo substituiria o papel que o Estado exerce hoje?) deve ser

ultrapassada por uma de “anarquização”:  
“o desafio prático é como encorajar grupos e indivíduos a alterar arranjos que eles possam até considerar benéficos, embora reconheçam que operem de formas imperfeitas e com frequência alienantes”, de modo a superar sistemas de dominação (Kinna, 2019: 254). Dois métodos são apontados: o “convergente” e o “disjuntivo”. Através do primeiro, anarquistas constroem coalizões em prol de certos objetivos apelando para comunalidades entre as pessoas - como um certo senso moral. O segundo, crítico da maneira como o primeiro pode levar à complacência ou à diluição de propostas especificamente anarquistas em um meio essencialmente estruturado pelo conservadorismo, deseja produzir formas alternativas (e especificamente contestatórias, divergentes) de sociabilidade, que possam confrontar o status quo (embora este, apontariam críticas/os que tendem ao primeiro método, pode criar subculturas que limitam a anarquização para além das/os iniciadas/os). Após uma reflexão sobre o esforço prático necessário em direção a um objetivo palpável e pragmático - anarquizar as relações sociais tanto quanto possível - o livro é concluído com uma lista de pequenas biografias das pessoas citadas, notas, indicações de

leitura, índice, e dez misteriosas páginas em branco.

Há algumas razões pelas quais a abordagem de Kinna neste livro é tão pouco convencional quanto sua capa. Em relação ao dilema atual das caracterizações do anarquismo, ela rejeita narrativas de descontinuidade - embora aqui não haja surpresa, já que ela já havia feito isso antes (Evren e Kinna, 2015; Kinna, 2017) - mas a continuidade endossada é mais abrangente que a do anarquismo de luta de classes (sem que isso implique abraçar contradições do século XX, como “anarquismos” que não sejam anticapitalistas). A dicotomia não é abordada diretamente, mas reaparece em outras fraturas - por exemplo, nas diferenças entre constituições individualistas e comunistas - e no entanto um quadro suficientemente coeso emerge das divergências (que, aliás, toda tradição política possui): um quadro de temas e motivações comuns em meio à diversidade.

Não só a transnacionalidade da atuação anarquista é enfatizada, como o livro também entremeia “grandes autores/as” a figuras (e coletividades) menos conhecidas, com certa abrangência geográfica - não há como elogiar este aspecto do livro o bastante! Evitar as *mesmas* citações e a preponderância dos

*mesmos* rostos de sempre produz uma leitura simultaneamente mais informativa e mais divertida. A vivacidade da tradição é reconhecida não só na forma como seu passado é retratado, mas, por exemplo, na perspectiva de que ainda há avanços a serem alcançados quanto à situação das mulheres no movimento, ou ao seu eurocentrismo.

Kinna consegue explorar o que dá impulso à tradição - os objetos de sua crítica, seus métodos, suas perspectivas. Aborda e defende suas perspectivas analíticas, mas frequentemente no contexto daquilo que se desejava alcançar; ancora-as em experiências práticas. Expõe sua diversidade interna de forma balanceada e reforma os critérios pelos quais o movimento pode se compreender: quase todos os temas clássicos e contemporâneos estão presentes, embora às vezes é difícil vê-los com clareza, pois são realinhados com outros enfoques – a partir de pontos de vista transversais, de onde se pode descobrir novas formas de conceber e descrever a tradição.

Há algumas pequenas negligências, talvez por motivo de concisão, causando graus variados de decepção (a ruptura de Bookchin com o anarquismo; as considerações de Peter Gelderloos sobre

a não-violência; um distanciamento maior em relação a Murray Rothbard que estivesse no texto principal, não na lista de biografias; o anarquismo sem adjetivos – que, novamente, só aparece na lista de biografias). Além disso, embora o último capítulo seja o menor e termine bem, quase ficamos com a impressão de que havia uma “conclusão” propriamente dita, que foi suprimida. Uma recuperação sintética dos argumentos dos outros capítulos, introduzindo os últimos parágrafos como estão, não faria mal.

Em termos de conteúdo, no entanto, as ausências mais conspícuas são uma reflexão sobre o sindicalismo contemporâneo (por exemplo, em relação à peculiar situação da própria ideia de trabalho na última década) e, acima de tudo, uma análise da ideia de revolução (esta ausente até mesmo do índice): não está evidente, a partir da leitura, se devemos entendê-la como coincidência entre as táticas convergentes e disjuntivas, ou se deveríamos abandonar o conceito em nome da “anarquização”. De todo modo, é uma perda para nós que isto não tenha recebido atenção, pois considerando a maestria da autora, ganharíamos muito se ela também fosse aplicada a estes dois

elementos, no contexto dessa abordagem.

<https://theanarchistlibrary.org/library/tomas-ibanez-anarchism-is-movement> acessado em 27 de dezembro de 2019.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EVREN, Sureyyya; & KINNA, Ruth. (2015) George Woodcock: the ghostwriter of anarchism. *Anarchist Studies*, v. 23, n. 1, p. 46-62.

GRAEBER, David. (2009), *Direct Action: An Ethnography*. Oakland: AK Press.

GRAEBER, David. (2001), *Toward An Anthropological Theory of Value: The False Coin of Our Own Dreams*. Nova Iorque: Palgrave.

IBAÑEZ, Tomás (2014). *Anarchism is movement*. Disponível em

KINNA, Ruth. (2019), *The Government of No One*. Londres: Pelican Books.

KINNA, Ruth. (2017), *Kropotkin: Reviewing the Classical Anarchist Tradition*. Edinburgo: Edinburgh University Press.

NEWMAN, Saul. (2010), *The Politics of Postanarchism*. Edimburgo: Edinburgh University Press.

WALT, Lucien van der; & SCHMIDT, Michael. (2009), *Black Flame: The Revolutionary Class Politics of Anarchism and Syndicalism*. Oakland: AK Press.